

RESENHA

VOLUME 10 ∙ NÚMERO 20 ∙ VERÃO 2013

A CONFUSION OF SPHERES:

*KIERKEGAARD AND WITTGENSTEIN ON PHILOSOPHY AND
RELIGION*

GENIA SCHÖNBAUMSFELD

WAGNER DE BARROS *

Kalagatos - REVISTA DE FILOSOFIA. FORTALEZA, CE, v. 10 N. 20, VERÃO 2013

* Doutorando em Filosofia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). Atualmente pesquisa a relação entre Kierkegaard e Wittgenstein.

A CONFUSION OF SPHERES: KIERKEGAARD AND WITTGENSTEIN ON PHILOSOPHY AND RELIGION. (SCHÖNBAUMSFELD, Genia. Estados Unidos: Oxford University Press, 2007).

A proposta do livro *A confusion of spheres*, de Schönbaumsfeld, é investigar a relação entre Kierkegaard e Wittgenstein. Seu objetivo principal é demonstrar como é possível relacionar as reflexões de Kierkegaard com aquelas desenvolvidas por Wittgenstein, tomando como fio condutor a concepção de filosofia e fé religiosa entre eles. Segundo Schönbaumsfeld, o que nos permite compreender o diálogo entre Kierkegaard e Wittgenstein não são as análises da linguagem ou a questão do indizível, porém a defesa de que a filosofia deve mudar o ponto de vista do leitor. A filosofia seria uma atividade ética que visa dissipar ilusões e falsas imagens. Como resultado deste trabalho de esclarecimento, a fé não pode ser abordada de forma especulativa, ou seja, é uma ilusão buscar fundamentar a fé racionalmente. Em suma, o que a filosofia faz é revelar que a análise especulativa sobre a fé acaba minando o próprio conceito de crença religiosa.

A primeira dificuldade que o texto apresenta é estabelecer uma simetria entre ambos os filósofos. Como é possível, por exemplo, relacionar Kierkegaard com Wittgenstein, se Kierkegaard pode ser considerado um teólogo e possui objetivos distintos daqueles que se encontram em Wittgenstein? No primeiro capítulo, Schönbaumsfeld visa principalmente os argumentos de Shields e Phillips que afirmam a impossibilidade de se estabelecer um elo entre Kierkegaard e Wittgenstein.

A autora recorre então aos eventos pessoais de Wittgenstein (como a importância do grupo *Der Brenner* e o contato com Theodor Haecker, um dos primeiros tradutores de Kierkegaard para a língua germânica), além das conversas onde Wittgenstein cita Kierkegaard.

Embora estes primeiros argumentos sejam *ad hominem*, Schönbaumsfeld oferece uma série de passagens de textos em que Wittgenstein apresenta os mesmos problemas temáticos de Kierkegaard. Todavia, será na atividade filosófica, apresentada no segundo capítulo, que a autora fundamentará a aproximação entre ambos.

Longe de forçar um paralelo que desrespeita as particularidades de cada pensador, Schönbaumsfeld revela que Kierkegaard e Wittgenstein não dissociam a ética da atividade filosófica, visto que o objetivo dos autores não seria apresentar uma nova teoria, mas sim fazer com que o leitor perceba algo novo, ou seja, transformar o “ponto de vista” dos leitores. É neste contexto, por exemplo, que encontramos o tema dos pseudônimos kierkegaardianos, pois eles ofereceriam uma independência ética e intelectual ao leitor: os pseudônimos criariam um distanciamento, deixando o leitor entregue a si. Não há uma doutrina, mas um jogo polifônico no qual Kierkegaard não se identifica com nenhuma das partes. A elucidação ou filosofia enquanto terapia da linguagem, em Wittgenstein, também seria ética porque propõe dissipar ilusões. De forma sintética, a autora defende, no segundo capítulo, uma aproximação baseada na atividade filosófica de Kierkegaard e Wittgenstein, mostrando que o principal

elo entre os dois seria o fato de quererem abrir caminho para uma existência autêntica, livre da ilusão e do engano, e que a concepção da autoria filosófica é fundamentalmente uma questão ética. A tese de que o trabalho filosófico é ético e não criar novas teorias também foi defendida por James Conant. Esta interpretação será analisada no próximo tópico.

Após mostrar que 1) existe um ponto comum entre Kierkegaard e Wittgenstein e 2) este ponto consiste na concepção ética da atividade filosófica, chega-se em um dos pontos centrais do texto, onde Schönbaumsfeld propõe fazer uma reflexão sobre o limite dessa aproximação. A pergunta é: dadas as considerações iniciais (1 e 2), em que medida pode-se dizer que há uma similitude entre Kierkegaard e Wittgenstein? Se, no segundo capítulo, o objetivo era expor a aproximação, o terceiro intenta trabalhar com as diferenças. Assim, Schönbaumsfeld focaliza principalmente os estudos de Conant que traçam paralelos entre o *Tractatus* e o *Post Scriptum*.

O terceiro capítulo é o mais longo (são 71 páginas, maior que o primeiro e segundo capítulos juntos) e exige mais atenção, pois é nele que se constata a interpretação de Schönbaumsfeld tanto sobre *Tractatus* como sobre o *Post Scriptum*. Além disso, Schönbaumsfeld se insere em uma discussão problemática que é precisar como o pensamento de Kierkegaard se articula com o de Wittgenstein, mais especificamente, a sua fase inicial. Se nos primeiros capítulos foram elencados Shields e Phillips, o alvo agora é a leitura de Conant.

De forma resumida, Conant (CONANT, 1992) propõe uma interpretação resoluto tanto do *Tractatus* quanto do *Post Scriptum*. Segundo o autor, estas obras ensinam que toda tentativa de se comunicar algo inefável (o ético ou o religioso) é uma ilusão. O conhecimento especulativo não pode adentrar nos domínios da metafísica, arte ou místico. Melhor dizendo: não há qualquer possibilidade de acesso ao transcendente, nenhuma linguagem é capaz de abarcar aquilo que está fora do mundo. Entretanto, temos a tendência de ir contra o paradoxo e o limite da linguagem. Ao romper este “limite”, o filósofo se depara com o contra-senso¹. Os esforços de Kierkegaard e Wittgenstein seriam, de acordo com Conant, compreendido não como exposição de uma teoria sobre a condição do mundo ou daquilo que está além da linguagem (a forma lógica do mundo, no caso do *Tractatus*, ou uma comunicação indireta que revelasse o objeto da fé, no caso do *Post Scriptum*), mas expor que qualquer tentativa como esta é uma ilusão.

Diante deste cenário, Schönbaumsfeld elenca todas as teses que estruturariam a argumentação de

¹ Na versão brasileira do *Tractatus*, traduzida por Luiz Henrique Lopes dos Santos, as palavras *Unsinn/unsinnig* são traduzidas como “contra-senso”, já *sinnlos* corresponde ao “sem sentido” (Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 2001). Na tradução inglesa de D. F. Pears e B. F. McGuinness, encontra-se o uso das palavras *nonsensical/nonsense* (Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução de D.Pears e B.McGuinness. London: Routledge and Kegan Paul, 1961). Embora fosse mais “intuitivo” traduzir *nonsense* como sem sentido, decidiu-se manter a versão de Luiz Henrique Lopes dos Santos.

Conant. Primeiramente, a interpretação de Conant sobre o *Tractatus* repousaria sobre quatro princípios: a) de que o *Tractatus* não propõe uma teoria e sim uma atividade. Deste modo, o *Tractatus* possuiria algumas passagens que indicariam a leitura correta da obra. Trata-se das estruturas (*frame*) do *Tractatus* b) não há o problema do inefável, ou seja, não existe nada além do princípio da bipolaridade. Não haveria dois tipos de contra-senso ou camadas, isto é, um contra-senso simples e outro substancial. c) O *Tractatus* não está preocupado com a proibição de combinação de signos e dos símbolos. O texto de Wittgenstein não concerne à interdição da combinação dos símbolos. Não há contra-senso substancial, este é composição de sinais que simbolizam, o problema não está na sintaxe lógica. Finalmente, d) algumas sequências de palavras possuem um sentido falho intrínseco. A sentença é um contra-senso porque contém palavras que não possuem significado, não porque violam as condições de sentidos estabelecidas pela teoria de sentido. O objetivo do *Tractatus* seria proporcionar ao leitor a capacidade de reconhecer sentenças dentro de um corpo de trabalho, tornando possível então distinguir contra-senso e sentido, implícito no domínio da linguagem cotidiana que o leitor possui.

Após resumir os argumentos, Schönbaumsfeld começa a expor os pontos problemáticos da leitura de Conant. Revela como é arbitrária a escolha das passagens utilizadas por Conant, que oferecem indicações de como se ler o *Tractatus*. Relembra as anotações dos *Cadernos 1914-1916* onde Wittgenstein

apresenta o interesse pelo inefável. Além disso, Schönbaumsfeld defende que, para construir proposições contra-sensuais, é necessário um conteúdo proposicional mínimo. Por fim, as sentenças do *Tractatus*, que podem ser classificadas como contra-senso metafísico por excelência, é a tentativa de dizer o que se mostra, denominadas por Schönbaumsfeld como *contradições performativas*. Segundo a autora, é deste modo que deveria ser compreendido a revogação do próprio *Tractatus*.

O mesmo método de exposição e análise é utilizado para a investigação da leitura de Conant sobre o *Post Scriptum*. Novamente são elencadas as bases da interpretação de Conant e são apresentadas as críticas. De modo similar à sua leitura do *Tractatus*, Conant defende uma disposição específica e que indicaria como a obra dever ser lida. Em um segundo momento, encontrar-se-ia a defesa de que o cristianismo, segundo o pseudônimo kierkegaardiano Climacus, não é objeto de conhecimento. A terceira tese é de que o *Post Scriptum* também não oferece uma teoria sobre o cristianismo. Climacus buscava atrair o leitor para uma ilusão cujo objetivo é revelar quão poderosa ela é. Por último, Climacus pretenderia diluir os falsos problemas: onde a filosofia encontra um problema, o problema filosófico não existe.

A crítica de Schönbaumsfeld dirigida a Conant, resumidamente, é de que o autor não compreende o alvo real das objeções de Clímacus. Além de objurgar Conant pelo uso de passagens ambíguas que indicariam o modo correto de se ler a obra, Schönbaumsfeld relata

que a crítica de Clímacus é destinada tanto aos filósofos hegelianos, onde a razão é mediadora do paradoxo cristão, como uma crítica aos cristãos. O *Post Scriptum* seria uma denúncia ao cristianismo contemporâneo. Contudo, estas duas observações só são aceitáveis caso se admita realmente o que Climacus diz, ou seja, ele não estaria preparando uma “armadilha” ou enganando o leitor. Além disso, Schönbaumsfeld defende que o principal alvo de Climacus é a racionalização do cristianismo, que tenta eliminar o paradoxo.

O terceiro ponto destacado pela autora é que Conant faz uma leitura “positivista” do *Post Scriptum*, ou seja, busca encontrar alguma objetividade, pensar que cristianismo pode ter uma resposta especulativa. Mas Schönbaumsfeld nota que o paradoxo absoluto, exposto no texto de Climacus, não é um conceito metafísico da filosofia especulativa que pode ser superado. Não é um conceito, pois a mediação pertence ao conhecimento especulativo, oposto ao cristianismo. Para Schönbaumsfeld, é possível ler *Post Scriptum* sem incorrer nas consequências de Conant, visto que o *Post Scriptum* também contém elucidaciones conceituais sobre o cristianismo. A ironia de Climacus não seria contra a obra, mas aos hegelianos que objetivaram a fé religiosa. Contra a quarta tese defendida por Conant, Schönbaumsfeld conclui que o entendimento busca a objetividade, mas o paradoxo não pode ser entendido por uma perspectiva objetiva. Se o entendimento continua colocando o paradoxo objetivamente, o resultado será sempre uma violação. A resposta para o paradoxo tem que ser uma paixão subjetiva, ou seja,

uma resposta pela fé e não pela razão. Por fim, Schönbaumsfeld destaca que o objetivo de Climacus é distinguir o *Post Scriptum* da filosofia especulativa, pois explicar o que é cristianismo não levaria ninguém ao cristianismo. Para tornar-se cristão, é preciso uma relação subjetiva. Assim, não haveria o problema do “contra-senso” no *Post Scriptum*. O texto de Climacus não possuiria a preocupação em distinguir algo que é um “contra-senso” daquilo que possui “sentido”. A revogação não depende dessa distinção que é exterior à obra.

Demonstrada a proximidade entre Kierkegaard e Wittgenstein, principalmente pela atividade ética da filosofia, mas também após elaborar uma crítica detalhada da concepção de Conant sobre o tema, Schönbaumsfeld propõe então a sua alternativa: o contato entre os filósofos não está no endossamento ou rejeição dos pontos de vistas semelhantes sobre a natureza da linguagem e o que se situa além, mas no ponto de vista ético e religioso:

O ponto de contato que pode ser percebido entre o primeiro Wittgenstein e o filósofo dinamarquês não deve ser localizado no atual endossamento (ou rejeição) dos pontos de vista similares sobre a natureza da linguagem e do que está além dos seus limites, mas antes em certa comunhão de visão sobre o olhar ético e religioso (SCHÖNBAUMSFELD, 2007, p. 139 – tradução nossa).

Buscar uma aproximação entre Kierkegaard e Wittgenstein mediante a análise da natureza da linguagem, segundo a autora, é um erro. Para Schönbaumsfeld, tanto Kierkegaard quanto Wittgenstein

compartilha uma postura ética onde os fatos ou o “mundo exterior” não adquirem qualquer influência nas ações ou decisões. Isto significa que não há nenhuma relação entre a ação e sua consequência. Uma ação pode ser bem intencionada, mas seus efeitos é algo não planejado, ou seja, pode ter consequências ruins. Julgar uma ação pela consequência equivale a recorrer aos fatos. Todavia, aquilo que é externo, factual, não diz respeito à ética. De acordo com Schönbaumsfeld, a ética em Kierkegaard e Wittgenstein é algo que não recorre a eventos dentro mundo ou a exterioridade. No caso do primeiro filósofo, a ética diz respeito ao sujeito isolado diante de Deus. A ação tem o Absoluto como juiz, não os homens e os fatos. Portanto, errar é pecar contra Deus. No caso de Wittgenstein, como já foi observado, a ética não reside nos fatos, pois ela é absoluta. A ação deve ser boa em si mesma, portanto, injustificável. Como consequência, encontrar-se-ia, nos dois filósofos, uma concepção de ética de inspiração absolutista kantiana, porém sem o seu peso racionalista.

Pode-se dizer que as considerações de Schönbaumsfeld até aqui são passíveis de serem realizadas mediante a leitura do *Tractatus*, entretanto, não ausentes de problemas. Primeiro, porque Wittgenstein não fala de fé propriamente. O *Tractatus* não encerra nenhuma indicação direta sobre o cristianismo. Sabe-se que as declarações sobre o cristianismo e a fé estão presentes em outros textos, como *Cultura e Valor*. Todavia, é possível realizar as assimilações esboçadas por Schönbaumsfeld desde que

seja clara a forma de leitura tanto das obras de Kierkegaard quanto de Wittgenstein. Por exemplo, caso se tome a fé, descrita pelo pseudônimo kierkegaardiano Anti-Climacus, como aceitação do mundo, além de fazer a vontade de Deus ou aceitar as restrições que são impostas de fora sem se desesperar, é possível estabelecer então um paralelo entre as reflexões de Kierkegaard e Wittgenstein, pois o ético seria a renúncia dos efeitos mundanos, já que o mundo é acaso, algo independente da vontade. Assim como as verdades históricas, no *Post Scriptum* de Climacus, não poderiam ser fundamentos da fé, a ética não teria como fundamento o factual, pois seria então contingente e não necessária e absoluta. Schönbaumsfeld também nota que se o dever, o bem, não pode ter uma teleologia, tal como se encontra no escrito de Johannes de Silentio (outro pseudônimo de Kierkegaard), esta perspectiva é compatível com o pensamento de Wittgenstein, já que uma ação boa não pode encontrar um fundamento exterior, como um fato.

Embora seja instigante esta articulação entre os pseudônimos kierkegaardianos e Wittgenstein, Schönbaumsfeld utiliza as passagens sem considerar as peculiaridades de cada pseudônimo. Entretanto, já no início da obra a autora expõe sua forma de lidar com os textos de Kierkegaard: pressupor que o filósofo escreveu todas as obras e que qualquer uma delas poderia ser útil para a clarificação de seu pensamento. Segundo a autora, ainda que os pseudônimos tenham uma autonomia literária, nota-se um fundo temático comum a eles. Quando isso é constatado, Schönbaumsfeld os

trata como se fossem o próprio Kierkegaard. Por este motivo, encontra-se na argumentação do quarto capítulo citações de Johannes de Silentio, Climacus e até mesmo seu “opositor” Anti-Climacus.

Para concluir esta fase que lida com as relações entre Kierkegaard e Wittgenstein, Schönbaumsfeld revela que não há divergência sobre o ponto de vista ético tanto no Wittgenstein inicial quanto no tardio, pois em ambos os casos prevalece a tese de que não se deve criar novas teorias na filosofia. A divergência encontrada está no dilema sobre a “teoria do inefável”, exposta no *Tractatus*. Mesmo adotando a postura de que a filosofia não é elaboração de proposições filosóficas, mas elucidações, o *Tractatus* contém a teoria de uma harmonia entre mundo e linguagem a ser explicada. Deste modo, o único caminho para expor essas proposições filosóficas no *Tractatus*, segundo a autora, seria revogá-las.

Algumas observações sobre o terceiro capítulo: primeiramente, Schönbaumsfeld desenvolve de forma muito sintética sua tese de que Kierkegaard e Wittgenstein possuem um ponto comum sobre suas visões da ética e filosofia, e não linguagem. A autora escreve cinquenta e quatro páginas sobre Conant (pp.84-138) e expõe sua proposta em dezessete páginas (pp.138-155). Nota-se claramente um problema metodológico e estrutural, visto que a ênfase acaba recaindo sobre a análise da argumentação de Conant e sua desconstrução. Além disso, ela não chega a problematizar a possibilidade de um discurso ético-religioso por parte de Kierkegaard, tal como defende,

por exemplo, André Clair (CLAIR, 1993, p.63). Também seguindo esta orientação, Fahrenbach (FAHRENBACH, 1992) afirmará que é possível pensar uma aproximação entre a filosofia tardia de Wittgenstein com a posição de Kierkegaard e Jaspers em termos de discurso e comunicação ético-existencial, portanto, mediante uma reflexão sobre a linguagem, algo negado inicialmente pela própria autora, ainda que seu objeto neste capítulo seja o primeiro Wittgenstein.

No último capítulo Schönbaumsfeld se dedica a explorar a concepção de fé em Kierkegaard e Wittgenstein. A tese geral defendida pela autora é que ambos os filósofos ressaltam a esfera de cada fenômeno, ou seja, a fé religiosa não pode ser tratada como algo factual ou científico. Por exemplo, buscar demonstrar Deus como se esse fosse um fato é um erro. No caso de Kierkegaard, Schönbaumsfeld descreve a argumentação do pseudônimo Climacus, quando observa que a existência não pode ser demonstrada, mas é um pressuposto. Isto significaria que a existência é o ponto de partida e jamais poderia ser a conclusão. Assim como não demonstramos que uma pedra existe, mas que isso que existe é uma pedra, a existência de Deus não pode ser demonstrada mediante as constatações factuais. Já no caso de Wittgenstein, Schönbaumsfeld observa que “Deus” não é um nome, mas um conceito gramatical. A gramática de Deus não teria a função de existência de uma entidade, não seria o mesmo que a palavra “cadeira”. O conceito de Deus seria semelhante ao conceito formal de objeto que não

designaria algo específico, factual. A prova da existência do Deus religioso mediante constatações empíricas criaria, desta forma, apenas uma confusão conceitual – ou não respeitaria a sua gramática-, pois desconsidera estas diferenças qualitativas. Pode-se dizer, portanto, que crença religiosa não seria objeto da ciência nem a fé é resultado de especulação. Tanto para Kierkegaard quanto para Wittgenstein, segundo Schönbaumsfeld, o cristianismo é algo existencial que exige uma resposta existencial. Sua reivindicação é ética: o cristão deve viver em Cristo.

A concepção de fé religiosa em Kierkegaard e Wittgenstein, levando em consideração as análises de Schönbaumsfeld, não resulta em visão irracionalista ou emotiva? Seria possível admitir algo “cognoscível” sem incorrer nos problemas de uma concepção especulativa? Schönbaumsfeld nega que a concepção de fé religiosa, defendida por Kierkegaard e Wittgenstein, implica em um contra-senso ou algo vazio de conteúdo. Por outro lado, a autora também não encontra uma concepção de fé religiosa aos moldes racionalista. A fé religiosa possuiria um conteúdo, mas esse conteúdo não é analisado ou descoberto de forma especulativa. Isto porque a compreensão dos conceitos da linguagem religiosa envolveria a práxis religiosa. Alguém que não vive o cristianismo encontra em sua linguagem temas e conceitos contra-sensuais. Entretanto, só o é porque não há um envolvimento com o cristianismo, ou seja, não se vive *nele*. O pseudônimo Climacus insiste no caráter subjetivo das verdades religiosas. Schönbaumsfeld observa que, para

Wittgenstein, os conceitos religiosos fazem sentido quando se compreende o seu uso. Assim sendo, eles só são vazios para quem se situa fora da prática religiosa, pois sua compreensão envolve mais do que saber qual a referência de cada palavra utilizada em uma oração. Ao tentar trazer estes conceitos para outro domínio, o resultado é a negação de sua característica particular: ao trabalhar com os conceitos religiosos mediante uma perspectiva “científica”, distorce-se seu sentido e o resultado é uma confusão conceitual. É necessário distinguir cada esfera, não confundir religião com ciência e discurso especulativo com oração religiosa. Mais uma vez, o título da obra de Schönbaumsfeld é justificado.

Em linhas gerais, Schönbaumsfeld assume a tese de Conant de que Kierkegaard e Wittgenstein propõem dissipar ilusões. Deste modo, a filosofia é uma atividade ética. As obras destes filósofos não acrescentam novas teorias, mas visam apresentar os conflitos conceituais já existentes. Contudo, Schönbaumsfeld crítica Conant por reduzir a fé religiosa em Kierkegaard e Wittgenstein a um contra-senso. A autora busca, desta forma, apresentar que, de acordo com estes filósofos, os conceitos religiosos são significativos, mas é preciso entender sua práxis, ou melhor, seu sentido só emerge na existência e prática no interior da religião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLAIR, André. *Kierkegaard: penser le singulier*. Paris: Les Editions du Cerf, 1993.

CONANT, James. Kierkegaard's Postscript and Wittgenstein's Tractatus. Teaching How to Pass from Disguised to Patent Nonsense. In: *Wittgenstein Studies*, vol. 2, 1997. Disponível em: <<http://sammelpunkt.philo.at:8080/519/1/11-2-97.TXT>>. Acesso em 03 de maio de 2013.

SCHÖNBAUMSFELD, Genia. *A Confusion of the Spheres: Kierkegaard and Wittgenstein on Philosophy and Religion*. Nova York: Oxford Press, 2007.

FAHRENBACH, Helmut. Grenzen der Sprache und indirekte Mitteilung: Wittgenstein und Kierkegaard über den philosophischen Umgang mit existentiellen (ethischen und religiösen) Fragen. In: *Wittgenstein Studies*, vol. 2, 1997. Disponível em: <<http://sammelpunkt.philo.at:8080/520/1/12-2-97.TXT>>. Acesso em 03 de maio de 2013.